



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09-10-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Bom dia a todos e a todas. Declaro aberta a audiência pública.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos trabalhos da 16ª audiência pública do ano de 2013.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral do portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br, no *link* Audiências Públicas / Registro Escrito.

Foram convidadas a participar desta audiência pública as seguintes autoridades: Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças de Desenvolvimento Econômico; Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Leda Maria Paula, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; Wilson José de Araújo, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais Tributários do Município de São Paulo; Prof. Dr. Joaquim José Martins Guilhoto, Chefe do Departamento de Economia da FEA-USP; Prof. Yoshiaki Nakano, Diretor da Escola de Economia da FGV - SP; Prof. Rubens Rogério Sawaya, Coordenador do Departamento de Economia da PUC - SP.

A audiência pública tratará de três projetos agora: PL 249/08, do Vereador José Américo, que “INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS ARTES PICTÓRICAS E PLÁSTICAS PARA A CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”; PL 19/13, do Vereador Gilson Barreto, que cria a Secretaria Municipal dos Direitos do Idoso na cidade de São Paulo e dá outras providências; e PL 569/13, do Executivo, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços na região da zona Leste, Município de São Paulo.

As inscrições estão abertas à população aqui presente, às pessoas que quiserem se

pronunciar, que podem se inscrever aqui ao lado, na Secretaria.

Contamos com as seguintes presenças: do nobre Vereador Paulo Fiorilo; tendo a honra de ter a participação do Professor Paulo Frange, Vereador Doutor; e também da Vereadora, sempre presente, Marta Costa.

Muito bem, vamos dar início, então, com o primeiro projeto de lei, PL 249, do Vereador - atual Presidente da Casa - José Américo: “INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS ARTES PICTÓRICAS E PLÁSTICAS PARA A CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Gostaria de perguntar às pessoas presentes se alguém gostaria de se pronunciar em relação ao projeto PL 249. (Pausa) Não há nenhum inscrito.

Bem, esta audiência pública, na verdade, é uma necessidade conforme Regimento Interno e pela Lei Orgânica do Município, e somos obrigados a fazê-la. Ninguém é obrigado a participar. Não havendo ninguém para falar com relação ao projeto do atual Presidente José Américo, declaro encerrada a audiência pública em relação ao PL 249/2008.

Passemos ao PL 19/2013, do Vereador Gilson Barreto, que cria a Secretaria Municipal dos Direitos do Idoso na cidade de São Paulo e dá outras providências.

Indago às pessoas presentes se alguém gostaria de se manifestar. Está presente a Assessoria do Conde Matarazzo. Alguém gostaria de se pronunciar a respeito?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Ela, a Margareth, trabalha com o Vereador Tripoli, na área dos idosos, e, se quiser, pode se pronunciar. É Assessora do Vereador Tripoli há muitos anos, é uma ótima assessora.

A SRA. MARGARETH - Meu nome é Margareth, eu sou assistente social, assessora parlamentar do Vereador Roberto Tripoli e atuo na área do envelhecimento há mais de 23 anos.

Só gostaria de ponderar - e que os Srs. Vereadores também ponderassem - sobre

a criação de uma nova Secretaria, levantando a principal questão de que os principais problemas vinculados a essa problemática do envelhecimento estão nas Secretarias da Saúde e da Assistência Social. Talvez ao se criar um serviço específico haja mais despesa. De repente, uma ação de uma Secretaria do Idoso iria se voltar especificamente para o idoso ativo, que realmente inclui a maior parte da população brasileira. Mas, não atacará os problemas principais dessa população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Muito obrigado. Alguém mais gostaria de se pronunciar em relação ao projeto de lei? A sociedade civil organizada aqui presente, nacional, municipal, gostaria de se pronunciar? A internacional, gostaria de se posicionar ou não?

Tem a palavra o Sr. Robson César Correia de Mendonça.

O SR. ROBSON CÉSAR CORREIA DE MENDONÇA - Bom dia a todos e à Mesa com a presença dos Srs. Vereadores. Meu nome é Robson César de Mendonça, sou presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua.

Minha manifestação com a questão dessa Secretaria é a seguinte: é mais uma secretaria, mais uma despesa, sem mais solução provável, principalmente para os problemas dos idosos. O idoso precisa de qualidade de vida e de integração. Essa qualidade de vida não é a Secretaria que dará. A qualidade de vida está na prioridade das prioridades, a saúde. Uma boa alimentação e uma boa saúde, não simplesmente uma Secretaria.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço a participação do nosso amigo da sociedade civil organizada, sempre presente nas reuniões.

Gostaria de me pronunciar mais uma vez, principalmente ao Voto Consciente, de que esse projeto passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa e cria uma Secretaria. Vamos deixar muito claro que vereador não pode criar secretaria. Então, o

projeto é ilegal, é inconstitucional. E o Voto Consciente não se pronunciou. Não sei como passou pela Comissão de Justiça. O projeto está aí? Como Vereador pode criar Secretaria? Isso é uma iniciativa do Poder Executivo, não é do legislador.

Gostaria de saber o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa. Como já fui presidente de tal comissão estou estranhando isso e já discutimos sobre essa questão.

Já falamos em reunião passada que a Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa está dando legal a tudo o que o que é ilegal; está dando constitucional a tudo o que é inconstitucional. Isso é perda de papel, irá para o Executivo e será vetado. É perda de tempo.

Tem a palavra a Sra. Sonia Barboza, do Movimento Voto Consciente.

A SRA. SONIA BARBOZA – O senhor falou exatamente as minhas palavras. O que temos notado na Comissão de Justiça é que os projetos ilegais e inconstitucionais passam e são aprovados com a maior naturalidade. Eles sabem que é ilegal e inconstitucional, mas mesmo assim o projeto é aprovado. Isso só vai dar trabalho para os funcionários, gastar o tempo dos Srs. Vereadores, onerar a Casa, mais hora, mais luz, mais tinta, mais tudo. E depois vai para o Prefeito e ele vai vetar, claro, porque não é da competência do vereador criar uma Secretaria. E o vereador sabe disso, isso é que é o pior. Ele sabe, porque os promotores que estão aqui deveriam fazer um relatório da assessoria técnica dizendo que esse é ilegal, inconstitucional.

Assim, os Vereadores saberiam mais uma vez. Só que esse relatório dos procurados, das assessorias técnica da Casa, não está funcionando, é possível que esteja funcionando em off, mas na pasta do projeto de lei não aparece mais o relatório deles e nós da população também não sabemos, já soubemos na época em que o Vereador Tripoli era Presidente a pauta da comissão de justiça vinha com o relatório da assessoria técnica, explicando porque era inconstitucional. Depois mudou de Presidente, o outro não concordou

com isso porque começamos a ver que aprovavam projetos ilegais e o Presidente na época não gostou. Desde então esse relatório dos procuradores aparece. É legal que não apareça ou é inconstitucional? Ou está fora do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Essa comissão tem repetido sempre, inclusive, o Vereador Paulo Fiorilo está lendo aqui o parecer da comissão de justiça, porque as outras são de mérito. Será vetado com certeza. A comissão de finanças analisa o impacto financeiro. Eu nem questiono as comissões de mérito, mas a de justiça.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública. Gostaria que a ata da reunião fosse colocada dentro da pasta do processo, com as Notas Taquigráficas, assim todos terão ciência do que aconteceu na Comissão de Finanças.

O próximo projeto é o PL 569/13, do Executivo. Está aqui presente o professor doutor Paulo Frange, para se pronunciar acerca do projeto.

O SR. PAULO FRANGE – O PL 569 que trata do incentivo fiscal para a zona Leste traz uma nova configuração no sentido de termos a oportunidade de tratar esse assunto e ser autoaplicável. Ao longo do tempo, vimos que as leis que foram aprovadas de incentivo fiscal não aconteceram. Desde 2004 estamos tratando desse assunto e não vimos nada acontecer. Temos caminhado por lá, eventualmente alguém é premiado com uma situação dessas, mas não consegue evoluir mais do que isso. E quando é premiado, Vereador Tripoli, às vezes não tem a regularização fundiária da estrutura da indústria e não pode ter os benefícios do BNDS na hora de financiar a própria indústria.

Portanto, são inúmeros entraves que tivemos ao longo do tempo. Estivemos na Secretaria do Governo tratando desse assunto. É um assunto muito importante porque na Leste para cada cinco moradores apenas um tem emprego. Na zona Oeste onde moramos temos quase um emprego para cada morador e no Centro temos mais de dois empregos para cada morador. Então temos de levar o emprego para lá e a única forma é através desse incentivo fiscal.

As situações que estão contempladas, telemarketing, informática, hospedagem de toda natureza, hotel, apart-hotel, residência, com certeza vão melhorar. Quando nos deparamos com o mapa percebemos o quanto isso é importante porque cria um centro em Guaianases, exatamente onde há a estação do Metrô, junto ao Itaquerao, em frente ao ponto final Itaquera-Corinthians do Metrô. Cria na Avenida Sapopemba e outro eixo em São Mateus e a proximidade dessa região com o Polo Capuava e Ermelino Matarazzo ao Norte, quase na divisa com Guarulhos, em Itaim Paulista junto à estação de trem e todas essas regiões são muito importantes para a iniciativa privada.

Ora, levando tudo isso de empregos para lá, naturalmente todas as pessoas terão como benefício um plano de saúde. Vamos levar mais empregos, mais pessoas vão morar por lá, deixarão de sair da região e assim não temos um item muito importante: quem vai atender a saúde privada na região? Hoje temos uma única estrutura atendendo a região, o Hospital Santa Marcelina que tem uma ala para pacientes privados.

A última parada da Saúde, Vereador Tripoli, foi no Anália Franco. Dali para frente não temos quase mais nada de hospital privado. E acreditamos – não temos o número exato ainda – que passam de 800 mil pessoas na zona Leste que têm plano de saúde. Conversamos com o segmento de Saúde que vai se manifestar e levamos até o Secretário João Antonio que entrou em contato com o Secretário Marcos Cruz e nos autorizou a conduzir um trabalho no sentido de encontrar uma emenda específica, para que pudéssemos ter direito a esse incentivo fiscal para essas atividades, clínicas, hospitais, laboratórios, etc., principalmente nessas áreas onde o acesso está muito fácil. Todas essas áreas praticamente tem na frente um ponto de trem ou metrô, portanto não estamos distantes da realidade. Isso facilita muito a evolução dessa região.

Vamos construir uma emenda junto com a secretaria, de comum acordo com o Governo e a Saúde está bastante ciente da isenção do IPTU por 20 anos, da isenção do ITBI, ISS da construção, mas também está ciente de como a Saúde já tem seus 2%, aquele

benefício da redução de 60% não se aplica na situação da Saúde, até porque estamos no limite constitucional garantido.

Portanto, em se tratando de um segmento bastante técnico e preparado, Sr. Presidente, convidamos para que viessem representantes de um grande número dessas entidades que poderiam estar inserindo nessa região, dentro do contexto de empregabilidade. No segmento de Saúde a empregabilidade é muito alta. O *home care*, por exemplo, hoje tem a maior empregabilidade de todas as atividades que temos no Brasil, porque o atendimento domiciliar cada vez mais cresce. Mas o segmento do hospital, em si, já é um grande gerador de empregos diretos e indiretos.

Portanto, vou deixar para que o segmento se manifeste.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Gostaria, Vereador, da possibilidade, porque V.Exa. coloca aqui uma série de pontos. O projeto diz a respeito de serviço de informática, educação, ensino, instrução de treinamento, hospedagem de qualquer natureza, hotéis, flats, apartamentos-hotéis, residência, motéis, serviço de telemarketing, também.

Nessa emenda, V.Exa. está pensando incluir, em conversa com o Governo, quais os serviços?

O SR. PAULO FRANGE – O item 5, seria criação de uma emenda. Entraremos como serviços de saúde, e nesses serviços de saúde, o Governo já é sensível a essa situação. O Secretário só pediu para olhar exatamente o que é, porque vamos seguir exatamente o que o Código Tributário diz o que é saúde. Não vamos incluir, por exemplo, empresa de consultoria de saúde. Isso não. É serviço de saúde.

Vou continuar com a minha consultoria, na Pompeia, pagando meu imposto de 5%.

Então, no caso das atividades de saúde, todas já estão com 2% e ainda tiveram o benefício, recentemente, onde foi expurgado do ISS das operadoras aquilo que não são serviços próprios, são serviços de terceiro.

Portanto, sabemos muito bem qual o limite.

Esse processo incentiva, sim, levar para lá esses equipamentos de saúde. Não tenho dúvida.

O senhor falou em telemarketing, Sr. Presidente. Uma única empresa de telemarketing, da zona Leste, tem cinco mil funcionários e fez um convênio com a Intermédica, que é um grande convênio na cidade de São Paulo. O hospital de atendimento da Intermédica é na Santa Cecília e o outro em Jundiaí.

Então, quem está na zona Leste não tem como buscar atendimento na Intermédica. Ter tem, um ou outro lugar credenciado, mas não acha. É difícil demais.

Unimed, da mesma forma. Lá temos um número grande de pessoas que têm a Unimed. São convênios que têm um plano de saúde mais barato, para que possa atender o funcionário das fábricas, das empresas, etc. Esse pessoal não tem lá absolutamente nada.

E a proximidade do eixo Norte, desse incentivo fiscal, que é o de Ermelino Matarazzo, estamos colados com Guarulhos. As empresas de Guarulhos têm interesse de migrar para o lado de cá, porque lá tem altíssima empregabilidade; a grande parte deles tem convênios e a região lá embaixo, em São Mateus, é divisa com o polo Capuava, que é a maior empregabilidade de toda a Grande São Paulo, exceto o ABC.

Isso aqui é apenas uma planta que fizemos para poder entender.

É isso, Sr. Presidente. Esperamos contar com a assessoria técnica da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Não só agradeço a V.Exa., mas também gostaria que um representante da douta Comissão de Finanças, nobre Vereador Paulo Fiorilo, pudesse participar da audiência pública da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, porque a Comissão de Finanças também gostaria de incluir alguns temas.

Não briguem com o Brasil, por favor. O Brasil, no momento oportuno, vai se pronunciar. No momento oportuno, eu o chamo. O senhor aguarde um pouquinho.

Tem a palavra a Sra. Eriete Teixeira, do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo.

A SRA. ERIETE TEIXEIRA – Bom dia. Sou superintendente jurídica do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo, que representa todo o segmento da saúde no setor privado não filantrópico.

Esse projeto de lei, Srs. Vereadores, é dos mais importantes para a cidade de São Paulo, pois vai trazer melhorias substanciais para a zona Leste, para uma população carente que necessita de geração de empregos, que necessita de se fixar naquela região. No entanto, ele não contempla a área de saúde, da maior relevância para a população não só no Município de São Paulo, mas para todo o País, pois a melhoria na prestação de serviços de saúde tem sido uma das grandes reivindicações.

Sem dúvida, a fixação do segmento saúde na região beneficia os pacientes, os idosos, as mães que trabalham fora da região e que precisam levar seus filhos ao médico para passar por consulta ou exames, Então, é realmente muito importante que o nosso segmento também seja contemplado e que ele leve essa melhoria para a região.

É isto o que viemos reivindicar: a sensibilidade dos senhores para que incluam nesse projeto o setor de saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Nós que agradecemos.

Anuncio a presença do nobre Vereador Aurélio Nomura.

Tem a palavra a Sra. Teresa Gutierrez, da Associação Nacional dos Hospitais Privados.

A SRA. TERESA GUTIERREZ – Bom dia a todos. Gostaria de parabenizar a Câmara Municipal pelas audiências públicas que tem realizado, pois são de extrema importância para que a população como um todo possa se manifestar sobre os projetos de lei de seu interesse.

Apresentarei alguns dados em relação ao setor, pois, como a Dra. Eriete disse, os serviços de saúde são importantes não só por gerarem empregos, mas também por

possibilitarem que a população da região tenha acesso a um serviço de saúde adequado.

Grande parte dos beneficiários de planos de saúde do Brasil, 85%, tem plano de saúde vinculado ao emprego. Então, se geramos mais emprego naquela região, muito provavelmente teremos uma quantidade maior de pessoas que buscará atendimento privado da saúde, não o filantrópico ou o do SUS.

Hoje em dia, um hospital com mais ou menos 150 leitos gera em torno de mil empregos diretos e indiretos. Um hospital com 200 leitos gera em torno de 1,5 mil leitos diretos e indiretos. De modo geral, esses hospitais têm 63% dos funcionários com nível ensino médio completo. E os hospitais da cidade de São Paulo, de modo geral, estão em expansão, e é de extremo interesse que esses hospitais tenham uma atuação descentralização, seja por um controle até mesmo de infecção hospitalar ou para que sua atuação seja mais efetiva em todo o município de São Paulo, e não centralizada especificamente na zona Oeste, como ocorre hoje em dia.

Assim, na qualidade de advogada, representando a Associação Nacional dos Hospitais Privados, venho pedir aos senhores que incluam os serviços de saúde descritos no item 4 da Lei 13.701, que é a Lei do ISS do município de São Paulo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Passo a palavra primeiramente ao Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente. Bom dia, Vereadores Aurélio Nomura, Marta Costa, Roberto Tripoli, Paulo Fiorilo, Paulo Frange e Adilson Amadeu.

Vereador Paulo Frange, há duas coisas aqui que V.Exa., como relator, poderia ajudar, pois é conhecedor do projeto. Vou mencioná-la, para, depois, comentar.

Todas as leis de incentivo falavam em 5 anos, 10 anos; esta veio com 20 anos, o que, a princípio, me parece muito tempo. Outra coisa é a questão de perímetro, mapas etc. Não seria o ideal usarmos o perímetro das subprefeituras? Porque isso já está delimitado, já está geograficamente formatado. Então, talvez fosse o ideal, para localização, usar como

perímetro da área o distrito de cada subprefeitura.

Há outra coisa que eu gostaria de comentar de forma geral; depois, se o Paulo Frange puder nos auxiliar nisto, seria bom. É evidente que a zona Leste merece ter essa legislação, mas é bom deixarmos claro que os números mostram que não é a prioridade da Cidade o incentivo a essa região. Se formos fazer uma análise contextual através de números e da lógica, seria também importante, Presidente, citar alguns dados. Talvez, assim, pudéssemos fazer algo mais correto ética e politicamente para a Cidade do que simplesmente destinar esse incentivo somente à zona Leste. Explico o porquê. Passarei alguns dados do IRBEM - Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município de São Paulo, trabalho muito bacana que o Movimento Nossa São Paulo realizou. Por exemplo, a taxa média de desemprego. A melhor subprefeitura é a Sé; a pior, Parelheiros. Há uma série de dados específicos, cujo mérito não abordarei neste momento. Em relação à porcentagem de empregos na região em relação ao total da Cidade, a melhor colocada é a Sé e a pior, Parelheiros. Em relação ao rendimento médio proveniente do trabalho, em reais, a subprefeitura mais bem colocada é Butantã; a pior, Parelheiros novamente. Com esses dados, quero pessoas virem aqui falar contra o aeroporto. Em relação aos leitos hospitalares, a subprefeitura mais bem colocada é a Sé, com indicador de 24,9 leitos por 1 mil habitantes – valor absoluto, 8.082 leitos. No município de São Paulo, o indicador é de 3,16 leitos, com 34.404 leitos. Piores subprefeituras: Perus e Parelheiros. O indicador: zero leito.

Demanda de creche. Porcentagem de matrículas efetuadas sobre o total da procura por vagas: Melhor subprefeitura: zona Leste, Guaianases. O indicador é 79,8%. Pior subprefeitura: Campo Limpo. Indicador é de 40,37%.

Demanda de pré-escola. Melhor subprefeitura: Vila Prudente; pior Subprefeitura: Cidade Ademar. São os dados, Sr. Presidente.

Favelas. Porcentagem de domicílios em favelas sobre o total de domicílios da Subprefeitura: Melhor subprefeitura: Sé; pior subprefeitura: Campo Limpo

Rede de esgoto. Porcentagem de domicílio sem ligação com a rede de esgoto.
Melhor subprefeitura: Sé; pior subprefeitura: Cidade Ademar.

Desculpem, mas é importante vermos os números para termos uma ideia da situação da Cidade. Esses são dados do Ibem. O foco não é a zona Leste – não que a zona Leste não mereça –, mas estão aqui os dados.

Porcentagem de domicílios em favela sobre o total de subprefeitura. Melhor subprefeitura: Sé; pior subprefeitura: Campo Limpo. Agora vamos fingir que não estamos vendo isso?

Homicídio juvenil. Número de óbitos por homicídio de jovens do sexo masculino, de 15 a 29 anos, por 100 mil habitantes. Melhor subprefeitura: Pinheiros, com 2,31 óbitos por 100 mil habitantes; pior subprefeitura: M'Boi Mirim, com 38,6 óbitos por 100 mil habitantes

Crimes violentos fatais. Número de crimes violentos fatais por 100 mil habitantes.
Melhor subprefeitura: Vila Mariana; pior subprefeitura: Parelheiros.

Homicídios. Melhor subprefeitura: Vila Mariana; pior subprefeitura: M'Boi Mirim.

Então, vamos votar a favor do projeto da zona Leste, mas é bom deixar claro que é uma incoerência se olharmos para esses dados da real necessidade social da Cidade, as regiões que mais precisam. E há um projeto de minha autoria, assinado pelos Srs. Vereadores Alfredinho, Reis, Jair Tatto, Arselino Tatto; com o apoio do nobre Vereador Roberto Tripoli para votar em primeira discussão. E talvez seja importante incluirmos essas regiões no projeto, porque falar somente da zona Leste é injusto com essas pessoas que também precisam do serviço público. Então, podemos e devemos dar um incentivo à zona Leste, mas se a Câmara Municipal não tiver consciência de quem precisa é aquele fundão da zona Sul, que está sofrendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Foi citado o nobre Vereador Paulo Frange. Dessa forma, S.Exa. tem o direito de se pronunciar.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, o Vereador Ricardo Nunes está absolutamente correto, a discussão que estamos travando serve para gerar empregos.

A Leste tem hoje 35% da população da cidade de São Paulo, mas só 16% dos empregos. A média de emprego, em São Paulo, é de 0.43 empregos, por habitante. Na Leste é 0.19, a mais triste.

Como esse projeto de incentivo fiscal, na verdade, está sendo conduzido em cima de propostas que vêm desde 2004, agora vamos resolver o problema o incentivo fiscal e torná-lo autoaplicável.

O mapa traz uma distribuição na Leste de tal forma que temos a oportunidade de tratar a zona Leste, no seu eixo norte sul, acompanhando exatamente nas manchas onde serão as áreas de incentivo.

Na região de Ermelino, Guarulhos, eixo da Jacu Pêssego, não adianta levar emprego onde não tem metrô e eixo. Aqui está Itaquera, o Itaquerão, Av. Itaquera e Cidade Líder estão por aqui. Aqui vem todo o eixo que vai para Guaianases, passando ao longo de José Bonifácio que é a área mais difícil.

Só para encerrar, é o seguinte, a ideia de fazer nas subprefeituras nós acabaríamos por gerar a área de incentivo fiscal onde não teria acessibilidade. Esses são os eixos de distribuição.

Concordo com V.Exa. Nós estivemos no Conselho Nacional de Turismo com o Prefeito Fernando Haddad, para discutir exatamente o assunto sobre empregabilidade e turismo. O gol do Prefeito é exatamente o gol de V.Exa. Vereador Ricardo, ele trata a região de Parelheiros e Marsilac, que tem 16% do território da cidade de São Paulo, como uma área para trabalhar ecoturismo. Que tipo de emprego vamos levar para lá? Indústria? Marsilac é zona rural, não. Hoje, só naquela região, há 2.400 leitos para receber pessoas que gostam de ecoturismo. Mas não temos estrutura hoteleira para receber um turista de maior

permanência e com maior poder aquisitivo. Lá estão os mochileiros e todos os apaixonados por ecoturismo.

O Prefeito Haddad provavelmente deve trabalhar nesse sentido para que se possa desenvolver esse tipo de atividade com o segmento.

Lá houve um apelo muito grande para que o setor de hotelaria buscasse a região de Parelheiros e Marsilac. Penso que esse é o tipo de emprego.

Estamos tentando dizer que talvez não seja para Parelheiros e Marsilac a ideia de levar indústrias ou qualquer emprego dessa ordem, mas a vocação da região seria, com certeza, para o ecoturismo e para outras atividades que não sejam impactantes com relação à contaminação do solo, porque é uma área bastante delicada na cidade de São Paulo.

Concordo com V.Exa.

Como a segunda área de menos empregos é a zona Norte, o senhor falou muito bem a respeito de Perus, devemos ter outras atividades com incentivo fiscal. Provavelmente o eixo norte, que vai até Perus, e o ecoturismo, na região do extremo sul de São Paulo.

A região sul como um todo, está na média de São Paulo, ou seja, 0.42 empregos, por habitantes - a média é de 0.43. Lamentavelmente a injustiça está no extremo sul, onde V.Exa. trabalha, que é Parelheiros.

Estamos aí para poder ajudar.

O SR. RICARDO NUNES - Farei um aparte com V.Exa. Algo importante que me esqueci de dizer, é que aqui seria importante não colocar só área de serviços. É importante, Roberto, vamos precisar da sua ajuda para isso. Nós acabaremos prejudicando mais se restringirmos a área de serviços naquelas regiões de manancial, que têm que ter atividades de serviços que não sejam poluentes.

Portanto, sou a favor que haja serviços na região Leste, mas por que não também a indústria? Acabamos beneficiando só serviços, mas no contexto estratégico geral da Cidade é ruim.

O SR. PAULO FRANGE - Sem dúvida. Vereador Tripoli veja que estamos falando praticamente na Leste 2, até Tiradentes.

O silêncio do Vereador Adílson Amadeu se explica, porque a Subprefeitura da Mooca não está contemplada, até porque não precisa, já que ela é o 13º PIB do Brasil.

Se destacarmos a Subprefeitura da Mooca, onde entra o Brás, é o 13º PIB do Brasil, acima, inclusive, de muitas capitais do País. Portanto, o Vereador Adilson tem razão de estar tranquilo, porque é uma das regiões que mais gera emprego na cidade de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Muito bem. Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, apenas para manifestar um dado interessante. É muito importante. Eu ia chamar os universitários para fazerem a conta comigo, mas eu mesmo consegui fazer. Quem mora na Cidade Tiradentes e vem trabalhar aqui no Centro leva 2 horas e 15 para chegar, 1 hora e 15 de almoço, mais 2 horas e 15 para ir. São 5 horas e 45 minutos por dia sem produzir. Em 2007, algumas famílias me falaram o que dava para fazer em Cidade Tiradentes. Humildemente, eu falei com empresários do Brás e eles mandaram 16 máquinas de costura para pôr dentro de casa, para o marido também trabalhar, a mulher ter tempo de levar as crianças à escola. Hoje há pelo menos 300, mas poderia ter 3.000.

Então, os incentivos, não só para a zona Leste, zona Oeste, para todas as regiões são muito importantes. É que os governos que já passaram pensaram em outras coisas, mas não pensaram em resolver essa situação. Cabe muito bem iniciar, para valer, um trabalho de incentivo ao trabalho na zona Leste – acho que o nobre Vereador Fiorilo foi até Presidente de uma comissão. O bairro Tiradentes, acho hoje que é uma Campinas dentro da cidade de São Paulo. Assim como Parelheiros é gigante, só que lá há muitas áreas verdes a serem cuidadas, em vez de colocar indústrias lá, não é isso?

O SR. RICARDO NUNES – Não, Sr. Vereador, isso às vezes as pessoas falam, mas por falta de informação. Pelo Censo de 2010, temos 160 mil pessoas em Parelheiros. Só que o extremo Sul abrange Parelheiros, M'Boi Mirim, Campo Limpo, Cidade Ademar e Capela do Socorro. Aí depois vem São Amaro, etc. Mas, naquele fundão, só em Parelheiros posso hoje afirmar, com segurança, que há 200.000 habitantes. Não tenho dúvida disso.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito bem. Acho que o incentivo até o Prefeito está querendo levar, que abrange novos terminais para aquela região, que vão virar *shoppings*, poderiam virar incentivos para a população.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Quero levantar uma questão que julgo importante, não só para os Vereadores, mas para a Cidade. O debate do desenvolvimento deve ser da Cidade. O Prefeito Fernando Haddad, quando disputou a eleição, apresentou uma proposta, o Arco do Futuro, que, na minha opinião, pode ser a linha condutora para o debate da zona Sul, da zona Norte e da zona Leste, sem a ideia da exclusão ou da contradição. Já tive oportunidade de dialogar com o Vereador Ricardo que aqui não estamos fazendo a defesa da Leste contra a Sul, da Sul contra a Norte. Está errado. Ou entendemos que é importante olhar Parelheiros, M'Boi, Capela, Campo Limpo, Cidade Ademar com um olhar de desenvolvimento, de geração de emprego, de melhoria da qualidade de vida do mesmo jeito que vamos olhar a Leste e a Norte, ou vamos ficar numa briga que não interessa para a Leste, nem para a Norte, nem para a Sul.

Quando se pensou o Arco do Futuro, pensou-se a partir dessa preocupação. Constituímos aqui uma Frente Parlamentar de defesa e apoio ao Arco do Futuro, da qual o Vereador Ricardo participa e outros Vereadores, e já tivemos a oportunidade de discutir com o Secretário Marcos Cruz.

O Vereador Ricardo defendeu que precisamos ter um olhar para a Sul. De fato, acho que não avançamos ainda muito na Sul. Existem propostas. O Vereador Alfredinho

apresentou um projeto, tem ideias de polos geradores. Acho que está na hora de a gente ir junto, se o Vereador concordar, até porque acho que não pode nunca ser excludente, de sentarmos com a Secretaria de Finanças, com a Secretaria de Desenvolvimento, de Planejamento, do Trabalho e começarmos a desenhar linhas.

Por que a zona Leste talvez tenha um pouco mais de avanço? É o que o Vereador Paulo Frange colocou: a discussão com a região Leste começou em 2004, quando a Câmara aprovou um projeto de incentivos fiscais para a zona Leste, que, infelizmente, naquele modelo, não avançou muito. Só 5 empresas foram beneficiadas. Agora, a Prefeitura faz um outro movimento. Durante um período – e aqui me permita o Presidente desta Comissão, Roberto Tripoli, fazer uma observação que me foi muito cara -, o Prefeito seguinte, que sucedeu à Prefeita Marta, usou uma expressão dizendo o seguinte: “A ideia de desenvolvimento da zona Leste é trololó de petista”. Se não tivéssemos tido um prefeito que cunhou a expressão “trololó de petista”, talvez a gente tivesse avançado na Leste e pudesse ter olhado já para a Sul e para a Norte. Aqui pode ser uma crítica ideológica, mas é uma crítica errada, equivocada, porque não era trololó. Tinha um projeto, tinha uma comissão que ia discutir os incentivos e assim por diante.

Não estou falando de V.Exa. Eu pedi a V.Exa. para fazer essa observação do então Prefeito José Serra, que cunhou essa expressão, que o desenvolvimento da zona Leste era trololó de petista. Se ele não tivesse dito isso, talvez a gente não tivesse 8 anos de estagnação, com só 5 empresas. Quem sabe talvez não tivéssemos já avançado para a Sul e para a Norte e assim por diante.

Portanto, acho que aqui temos de dar uma contribuição importante para a Leste. E nós precisamos dar uma contribuição para a Sul e para a Norte. Essa é a nossa tática, independentemente de não sermos da Norte, ou de não sermos da Sul, ou da Leste. Mas a Cidade precisa.

Então, o que eu gostaria de sugerir? O Vereador Paulo Frange traz aqui um pleito

legítimo. E, se tiver possibilidade, quero participar da audiência pública da Comissão de Política Urbana. A partir da Frente, fizemos um debate na OAB de Itaquera para discutir com segmentos de Itaquera também esse projeto. A partir disso, foram feitas sugestões que se transformaram em emendas para contemplar outros segmentos que podem ajudar no desenvolvimento. E propusemos criar uma comissão para discutir incentivos para a indústria, porque a Prefeitura tem um limite de incentivos, que está voltado para a área de serviços. A área de indústria precisa do ICMS, que é Estado. Nós tivemos uma reunião com o Secretário de Estado Andrea Calabi, com a presença do Vereador Covas, do Secretário Marcos Cruz, em que o Sr. Calabi disse: “Essa coisa de incentivos é muito difícil. Propor reduzir cria uma guerra fiscal, e eu aqui estou preocupado com o cofre. Como estou preocupado com o cofre, não quero abri-lo”. Mas nós precisamos, com a pressão, fazer também com que o Estado possa olhar a perspectiva do incentivo com outro olhar, não só de perder receita, mas de ganhar receita. Porque a gente vai trazer mais atividades, mais emprego, mais recurso e isso vai gerar, como disse aqui a representante Teresa Gutierrez, da Associação Nacional dos Hospitais Privados, que há uma lógica: se você tem emprego, o cara paga plano, vai ser atendido. Então, se a gente fortalecer a região dando emprego, a gente fortalece várias outras atividades, como o comércio local, como a indústria e assim por diante.

Então, Vereador Ricardo, Adilson, Tripoli, Marta, Jair e Aurélio, acho que aqui a nossa preocupação enquanto comissão é a de ter esse olhar para a Cidade e melhorar a qualidade de vida de Parelheiros, de São Mateus, de Itaquera, de Perus, de Guaianases, das regiões mais carentes. É isso que vai fazer com que as pessoas morem perto do emprego e que evitemos esse caos que existe hoje na Cidade, das pessoas saindo do extremo Leste, como disse aqui o Vereador Adilson, ou do extremo Sul, demorando 2h, 2h e meia num trânsito caótico. Aqui a lógica é de pensar uma cidade que possa ter justiça social, que possa ter equilíbrio. Então, acho que o projeto trazido aqui, do ponto de vista do serviço, dá um passo à frente.

Gostaria, inclusive, de já deixar a proposta no sentido de se fazer o debate da Sul com os projetos já em trâmite nessa Casa e também com os que a Secretaria possa pensar. Aliás, precisamos instar a Secretaria a pensar, igual como faremos com a indústria.

A Prefeitura não pode dar incentivos para a indústria? Não pode. Mas a Prefeitura pode ser indutora, junto ao Governo do Estado e ao Governo Federal para ajudar a indústria local. Em minha opinião, é isso que mudará as regiões mais periféricas e a Cidade de São Paulo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. _____ - Um aparte, Vereador. Não é possível colocar junto o mesmo projeto?

O SR. PAULO FIORILO – Diria o seguinte, Vereador: não serei eu a avaliar a possibilidade ou não. Acho que se não fizermos o debate que tem de ser feito, ao contrário de ajudar, talvez possamos trazer dificuldades.

Então, gostaria de sugerir o seguinte: verificar quais são as propostas já desenhadas pelos Vereadores e o que a Secretaria poderia também contribuir para, assim, elaborarmos um projeto o mais rápido possível. Com isso, ajudaríamos não só a Sul, mas também a Norte. Essa é minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vereador Paulo Frange, V.Exa. gostou da indicação que a Comissão de Finanças e Orçamento fez para a próxima audiência pública na Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Muito obrigado, Vereador.

Passo a palavra ao Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, gostaria de concordar com a posição do Vereador Paulo Fiorilo no sentido de discutirmos o incentivo fiscal para toda a Cidade.

Infelizmente, a nossa cidade não atua como outras tantas. Ao contrário do que

existe em qualquer cidade do Estado de São Paulo e até do País, quando alguma empresa deseja se instalar, o próprio prefeito vai estar no local, oferecendo condições e buscando alternativas satisfatórias para efetivar essa instalação naquela cidade.

E repito, é o contrário do que acontece na Cidade de São Paulo, onde ser empresário já é motivo de sofrimento. A pessoa já sofre por ser empresário. Haja vista, esse aumento que teremos do IPTU.

São 49%, Vereador Paulo Fiorilo? Não sei do reajuste com relação aos comerciantes de ruas. Mas, enfim, que estímulo se está oferecendo, se punimos as pessoas que estão trabalhando? Não dá para entender.

Em seguida, ele vem com esse saco de bondades. E diz ainda que há necessidade da participação do Governo Estadual e tantos outros governos.

Portanto, senhores, antes de mais nada, vamos fazer o dever de casa, ou seja, criar incentivos para aqueles comerciantes que, hoje, pensam em fechar as portas dos seus estabelecimentos. Devemos oferecer um alento começando, por exemplo, a não majorar o imposto que mais incomoda que é o IPTU da nossa cidade. Precisamos discutir exatamente isso.

O SR. PAULO FIORILO – O senhor me cede um aparte?

O SR. AURÉLIO NOMURA – No momento oportuno.

Considero, por exemplo, e gostaria até de deixar uma sugestão, lembrando que, quando participei do Governo Estadual, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, criamos um grande instrumento, o qual diz respeito ao bônus ecológico.

Para as empresas que desejassem se estabelecer na Cidade, o bônus ecológico oferecia, exatamente, uma condição satisfatória, fosse através das universidades, fosse dos institutos de pesquisa – como o IPT, que esteve aqui recentemente – no sentido de permitir que se instalassem em nossa cidade.

Então, gostaria de citar o Vereador Ricardo Nunes que falou a respeito da na zona Sul – com quem concordo – e de mencionar ainda dois fatos ocorridos.

O primeiro foi quando trabalhei na melhoria da Estrada de Jaceguava. Fui eu quem providenciou o recapeamento daquela estrada.

Nós demoramos três anos para conseguir autorização da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para fazer o recapeamento daquela via. Outro dado diz respeito ao Solo Sagrado, que está instalado em Parelheiros. Até hoje, por dificuldades com o uso e ocupação do solo, uma série de áreas estão irregulares. Assim, dentro da zona Sul, está-se comprometendo o maior patrimônio que há em relação a esse empreendimento, que além de espiritual, tem caráter turístico. Lá eles possuem cerca de 50 alqueires tratados, sendo 90% dessa área destinada à preservação ambiental. No entanto, vemos que eles, cada vez mais, estão sendo punidos pela Prefeitura de São Paulo. É importante que criemos estímulos, da mesma forma como falamos em criar atrativos voltados ao turismo. Precisamos de estudos cada vez mais aprimorados visando a induzir a implantação de empreendimentos – principalmente os voltados ao turismo – naquela região. É importante discutirmos a questão dos serviços ambientais, para os quais hoje não existe nenhuma previsão dentro da Prefeitura de São Paulo.

Passo a palavra ao nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Nobre Vereador Aurélio Nomura, V.Exa. traz preocupações pertinentes nesse debate sobre IPTU. V.Exa. tem uma contribuição importante no debate realizado nesta Casa em 2009, quando a Prefeitura fez uma atualização da Planta Genérica de Valores de, inicialmente de 60%. V.Exa. deve se recordar disso. (Pausa) V.Exa. não estava presente nessa época, mas sim o partido de V.Exa. Aliás, eu e V.Exa. estávamos fora da Casa.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu estava como suplente e assumi em 2010. Naquela época eu estava no PV e hoje estou no PSDB.

O SR. PAULO FIORILO – É verdade. Mas V.Exa. deve ter acompanhado esse debate tanto dentro do PV como dentro do PSDB, porque ambos os partidos fizeram o debate. Penso que temos que fazer essa discussão inclusive para ver como equilibramos melhor a Cidade. Deixo uma sugestão, e o Vereador Jair Tatto gostaria de, depois, fazer-lhe uma consulta. Se V.Exa. concordar, o Presidente tem todo o prazer em encaminhar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, temos os representantes da Assessoria do Governo. Quem de vocês gostaria de se pronunciar? Sr. Alexandre? Sr. Hélio? (Pausa) Tem a palavra o Sr. Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, Assessor Especial do Secretário Municipal de Finanças, para falar sobre o projeto.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES – Bom dia a todos. Sou Assessor Especial na Secretaria de Finanças, representando nesta reunião o Secretário Marcos Cruz. Quero pontuar alguns assuntos. O que pretendemos, em relação a esse projeto que se encontra sob apreciação dos Srs. Vereadores nesta Casa, é realizar uma ação complementar às demais ações da Prefeitura em prol da zona Leste, que foram tão bem colocadas pelo Vereador Paulo Fiorilo, ou seja, ao projeto Arco do Futuro.

Dessa forma, a Lei dos Incentivos Fiscais não é uma ação exclusiva e não é suficiente para levar o desenvolvimento à região. Têm que ser somadas as ações das demais secretarias, como a de Mobilidade Urbana, os novos corredores de ônibus, sejam os novos equipamentos sociais tanto de saúde quanto de educação, que estão previstos para serem colocados na região. O projeto de lei é complementar.

Em relação à área dos incentivos, nós respeitamos a discussão que houve nesta Casa. Nas discussões das leis anteriores esta Casa delimitou um perímetro de incentivos e nós respeitamos aquela discussão que já tinha ocorrido na Casa e mantivemos essa área.

Com relação à atração de investimentos, faço referência a outro projeto que foi aprovado na Casa que modificou a São Paulo Parcerias, na criação da São Paulo Negócios, vinculada à Secretaria de Finanças. Hoje temos uma agência de promoção da cidade de São

Paulo, que um dos principais objetivos é justamente fazer essa atração de investimentos. O nosso objetivo, se os senhores entenderem por bem aprovar essa lei de incentivos, seria trabalhar para levar empresas para a região Leste, ou seja, fazer essa atração de investimentos.

Com relação aos incentivos, procuramos modificar com relação à legislação anterior, em função de críticas que ouvimos do setor privado, com relação à insegurança jurídica e a burocracia de se ter de colocar um incentivo fiscal no orçamento todo ano, para se ter o benefício fiscal. O que nos fizemos: tiramos a questão do CID e ampliamos os incentivos fiscais. Antes era uma redução de 50% do IPTU e do ITBI, para tanto nós propomos aumentar o incentivo para 100% - ou seja, 100% do IPTU e do ITBI -, redução de 2% do ISS sobre serviços e aumentamos o prazo de 10 para 20 anos. Com isso, damos maior valor econômico para o incentivo, para tentar levar desta vez as empresas para a região.

Também, uma diferença com relação à lei atual é que os benefícios servirão para as empresas que já estão presentes. A legislação anterior só dava o benefício para quem viesse a se instalar na zona Leste, agora damos o incentivo fiscal para aqueles que já estão lá. Premiamos as pessoas que resolveram se mudar para lá antes e estão investindo na região.

O foco nos serviços é justamente por entender que o maior impacto tributário que a Prefeitura tem é a área de serviços. Nosso impacto para a indústria e o comércio é muito pequeno. Mas já nos colocamos à disposição para formar uma comissão específica para discutir os incentivos para a zona Leste.

Desde já coloco a Secretaria de Finanças à disposição para discutir também um programa de desenvolvimento para a zona Sul também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço a participação da Secretaria Municipal de Finanças, nesta audiência pública. Vamos ouvir a entidade internacional. Favor pronunciar seu nome e a entidade. Onde é a sede da entidade?

O SR. LAERTE BRASIL - Angélica, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Qual é o número, nós queremos fazer uma reunião lá? Qual é o site da entidade?

O SR. LAERTE BRASIL - O serviço de mídia da entidade gira todo na internet. A sede vai estar aberta a partir do dia 20 de outubro.

Meu nome é Laerte Brasil, Presidente Mundial da Uniglobal Labor e Cidades. Primeiro quero parabenizar o Prefeito Haddad por implementar o PL 569. Debates esse projeto em todas as audiências públicas do PDE e também dos planos de metas.

Essas ações que apresentamos em todas as subprefeituras, foram as prioridades mais votadas pela população, que é o incentivo fiscal para as empresas prestadoras de serviços das regiões Leste e Sul. Principalmente para a região de Parelheiros, M'Boi Mirim, Campo Limpo e Pedreira.

Tem uma mudança no projeto que está excluindo as indústrias. Os 20 anos de governo dos tucanos, do Geraldo Alckmin, do Gilberto Kassab e o ex-prefeito José Serra expulsou a indústria da cidade de São Paulo. O parque industrial da Cidade está sucateado, e as empresas migraram para as cidades da região metropolitana, para os países da América do Sul. Para efeito de comparação, em 1950, a cidade de Detroit, nos Estados Unidos, tinha 2 milhões de habitantes e era industrializada. Da mesma forma Liverpool, na Inglaterra, que hoje tem 250 mil habitantes. As indústrias dessas duas cidades migraram para cidades vizinhas, e os habitantes seguiram os empregos. São Paulo tem uma diferença. Teremos quase 15 milhões de habitantes em 2016, mas virará uma cidade dormitório, sem emprego na indústria e na prestação de serviços.

Nossa proposta é que a Câmara Municipal vote o projeto 569, e o Executivo pense em outro projeto para levar empregos para a região Sul, atendendo ao clamor dos habitantes para o Plano de Metas. Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Obrigado o enriquecimento que V.Exa. deu à audiência pública desse projeto de lei.

Não havendo mais inscritos, encaminho o projeto ao relator da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, Vereador Paulo Frange. O Vereador Paulo Fiorilo estará na audiência pública que V.Exa. realizará na Comissão de Política Urbana junto com a assessoria do Governo para aprimorar a matéria. (Pausa) Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, eu gostaria de saber, da Comissão de Finanças, como ficará a situação do CIDE, como será o incentivo. Preciso saber, Presidente, e este é o momento de decidirmos isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Se V.Exa. quiser, suspendo a audiência pública, abro a ordinária, suspendo a ordinária e volto para a audiência pública só para que V.Exa. se pronuncie.

O SR. RICARDO NUNES – Se V.Exa. puder determinar que mande por escrito como ficará a situação, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Pois não, claro. A Comissão de Finanças e Orçamento requer à Secretaria de Finanças, por escrito, a explicação solicitada pelo nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço ao nobre Vereador Paulo Frange pela colaboração ao projeto, bem como a todos os presentes pela participação.

Declaro encerrada a audiência pública sobre o PL 569/2013, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo, nos termos que especifica. (Pausa)